

O Papel dos Países Emergentes na Segurança Alimentar Mundial

Shenggen Fan, Director-Geral, IFPRI - *Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar*

Joanna Brzeska, Consultora, IFPRI

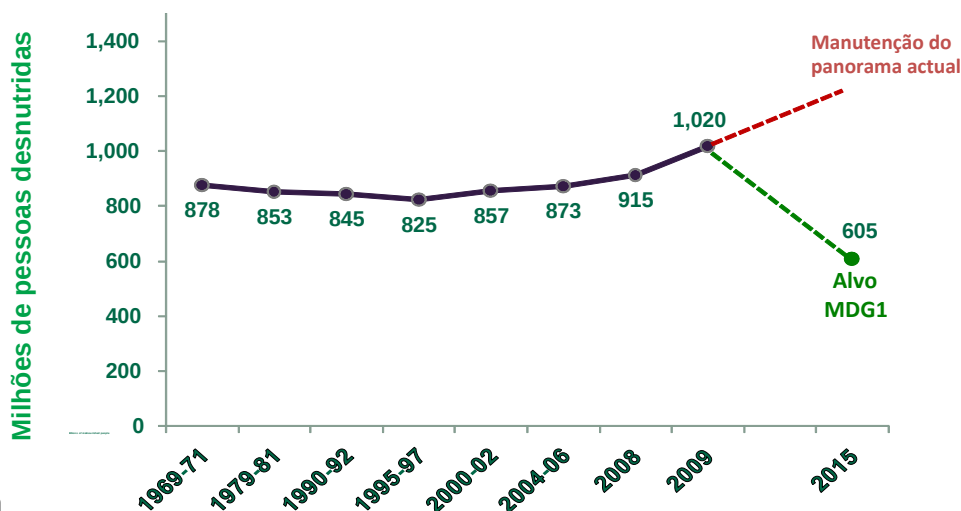
Disponibilidade alimentar, estabilidade e acesso à nutrição adequada são componentes essenciais para o bem-estar e produtividade de todas as pessoas. No entanto, apesar do progresso nos anos 70 e 80, o número de pessoas desnutridas tem aumentado continuamente desde os anos 90 e, mais recentemente, cresceu abruptamente como consequência da crise alimentar e financeira. O estado atual de insegurança alimentar mundial é motivo de sérias preocupações, com o número de pessoas famintas ultrapassando um bilhão, em 2009. Os fatores que ameaçam a segurança alimentar incluem o aumento da população e as mudanças demográficas, preços alimentares altos e voláteis, e restrições e mudanças ambientais. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento do poder e tamanho econômico de países emergentes como a China, Índia e Brasil resultou em um ambiente político e econômico mais complexo com um impacto significativo no alcance e manutenção da segurança alimentar mundial: análises recentes sobre os efeitos da crise financeira indicam que os países emergentes e o seu crescimento acima da média ajudaram os países de baixo rendimento a superar os piores efeitos da crise (te Velde, 2010). Além disso, os países emergentes têm o potencial para desempenhar um papel fundamental na redução da insegurança alimentar mundial, não apenas aliviando a fome entre os seus próprios cidadãos, mas também através do crescimento do comércio e ligações financeiras, trocas tecnológicas e de conhecimento entre países emergentes e em desenvolvimento. O objectivo deste trabalho é examinar o papel crescente que os países emergentes como o Brasil, a China e a Índia podem desempenhar no aumento da segurança alimentar mundial.

1. A segurança alimentar mundial encontra-se sob pressão

Ao longo dos últimos cinquenta anos, fizeram-se avanços significativos na redução da fome, intensificando a produção de alimentos de primeira necessidade, adotando tecnologias agrícolas inovadoras, expandindo o papel dos mercados, diversificando os cereais principais, implementando reformas de economias de escala e melhorando a qualidade alimentar e a nutrição humana (Spielman e Pandya-Lorch, 2009). Outro progresso notável foi a redução do número de pessoas vivendo na pobreza (abaixo de 1.25\$ por dia) de 29 por cento para 18 por cento, entre 1990 e 2005 (Chen e Ravallion, 2008). No entanto, apesar do progresso na redução da insegurança alimentar durante os anos 70 e 80, tendências recentes apontam para contratempos significativos nos esforços relacionados com a segurança alimentar por todo o mundo em desenvolvimento, com o número de pessoas famintas crescendo desde meados dos anos 90, atingindo mais de um bilhão, em 2009 (Figura 1). Se as tendências passadas persistirem, a segurança alimentar mundial irá deteriorar-se ainda mais e o progresso para alcançar o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir para metade a proporção de pessoas desnutridas na população, ficará muito aquém do esperado. Mesmo antes da chegada da recente crise alimentar e financeira, a insegurança alimentar estava em ascensão. De acordo com o Índice Global da Fome de 2009 — uma medição combinada da percentagem de desnutrição, desnutrição infantil, e mortalidade infantil —, a fome global melhorou apenas ligeiramente desde 1990,

com 29 países apresentando níveis de fome “alarmantes” ou “extremamente alarmantes” (von Grebmer et al., 2009).

Figura 1. Número de pessoas desnutridas, 1969-71 a 2015



Fonte: FAO 2009a

A recente crise alimentar e financeira chamou a atenção para o fato da segurança alimentar estar altamente dependente de políticas e atividades não alimentares relacionadas com a energia, o comércio, e as finanças. O aumento acentuado dos preços alimentares em 2007-08 pode ser atribuído a fatores como preço elevado do petróleo, aumento da produção de biocombustíveis, juntamente com políticas comerciais e financeiras, incluindo especulação, reações de pânico e restrições à exportação recém impostas para proteger os fornecimentos alimentares (von Braun e Pachauri, 2006; Rosegrant, 2008; Headey et al. 2009). Além do mais, a crise alimentar mundial e financeira prejudicou desproporcionalmente certos grupos, como as crianças, os pequenos produtores e as mulheres. Os pequenos produtores formam a maior quota de agricultores em muitos países em desenvolvimento. Eles são, em grande medida, também consumidores de alimentos finais e devido à elevada volatilidade dos preços depararam-se com aumento de dívidas, escassez de crédito, e planos estagnados; estas dificuldades intensificaram ainda mais os desafios já existentes, como o acesso insuficiente à tecnologia, mercados, finanças, infra-estruturas, assim como a falta de economias de escala.

Os factores demográficos e ambientais também representam desafios adicionais aos esforços correntes e futuros relacionados com a segurança alimentar mundial. Em 2050, a população mundial deverá atingir 9 bilhões de pessoas, com o crescimento vindo predominantemente de áreas urbanas e de países em desenvolvimento.¹ Olhando para o futuro, o contínuo crescimento da população global e as mudanças dos padrões demográficos, aliados ao crescimento do rendimento, irão aumentar a pressão sobre o abastecimento alimentar e os recursos naturais já escassos. Os fatores ambientais que têm o potencial para ameaçar a segurança alimentar futura incluem a degradação dos solos, a pressão hídrica severa e as mudanças climáticas (Bai et al., 2008; Nelson et al., 2009; OCDE, 2008). As mudanças

¹ FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). 2009. Como alimentar o Mundo em 2050. Roma.

climáticas, por exemplo, ameaçam a produção agrícola através de temperaturas mais altas e variáveis, mudanças nos padrões de precipitação e aumento das ocorrências de acontecimentos extremos como secas e enchentes. Como resultado das mudanças climáticas, a produção global de trigo e arroz deverá ser menor do que em 2000 e os preços alimentares mundiais e a desnutrição infantil ao longo de todas as regiões deverão aumentar em 2050 (Rosegrant, 2008). Estes impactos seriam particularmente severos para os países de baixos rendimentos e as pessoas pobres, que dependem principalmente da agricultura como fonte de alimento e rendimento e possuem poucas capacidades de adaptação.

2. Economia emergente: sua experiência de desenvolvimento

Tendo em conta os riscos contínuos para a segurança alimentar mundial, uma nova agenda é necessária. Esta terá que resolver os problemas persistentes e crescentes de segurança alimentar no mundo em desenvolvimento. No entanto, esta nova agenda tem de ter em consideração a paisagem global em rápida mudança que surgiu como resultado da emergência de vários novos atores. Na verdade, os países emergentes têm um papel cada vez mais importante a desempenhar na resolução dos problemas de segurança alimentar, tanto internamente como em outros países em desenvolvimento.

Estratégias de Desenvolvimento

Apesar da China, a Índia e o Brasil terem todos tido crescimento e desenvolvimento notáveis em anos recentes, os três países tomaram caminhos significativamente diferentes durante a sua transformação. A China escolheu uma abordagem “atacar a partir de baixo” e começou a sua reforma com o setor da agricultura, avançando depois para a manufatura e serviços. Através de uma reforma gradual que se baseou principalmente no método de tentativa e erro, a China deu início a reformas institucionais e à liberalização económica, incluindo a descentralização de sistemas de produção agrícolas e a liberalização de sistemas de preços e marketing (Fan, Gulati and Dalafi, 2008). A transformação tanto da agricultura como da indústria criou um ambiente altamente favorável de incentivo à agricultura, levando a um aumento da produtividade agrícola, dos rendimentos e do crescimento no setor não-agrícola (Fan et al., 2002; Fan, Huang, e Long, 2004; Nin Pratt, 2009). Além disso, em termos de comércio, a China deu fortes provas de uma orientação voltada para o exterior, desempenhando um papel essencial no bloco regional de comércio, no Este e Sudeste Asiáticos (McDonald, Robinson, e Thierfelder, 2008).

As políticas destinadas a aumentar a segurança alimentar dominaram as reformas da Índia até o início dos anos 90. Reformas agrárias (embora parcialmente bem-sucedidas) e a construção de infra-estruturas rurais, especialmente a irrigação, foram cruciais para a modernização agrícola. Apesar de alcançar a segurança alimentar ser umas das principais prioridades de desenvolvimento, o setor agrícola foi afetado negativamente pelas políticas macroeconômicas (Nin Pratt, 2009). Até o início dos anos 90, a agricultura indiana funcionou sob um regime político estritamente regulamentado. Em 1991, a Índia empreendeu ajustes macroeconômicos e reformas no comércio e política industrial. Mais especificamente, a Índia adotou uma aproximação “de cima para baixo” em resposta aos desequilíbrios macro, começando com reformas macroeconômicas e não-agrícolas, enquanto os grandes segmentos do setor agrícola da Índia ainda esperava por reformas. Mudanças políticas parciais relacionadas com a agricultura foram tomadas muito mais tarde no processo de reforma. Já que as reformas da Índia não visaram diretamente o setor agrícola e as áreas rurais onde estão concentrados os mais pobres, a redução da pobreza na Índia teve de apoiar-se principalmente no impacto do “fomento indireto” das reformas. Como resultado disso, o progresso tem sido muito mais lento do que na China. Além do mais,

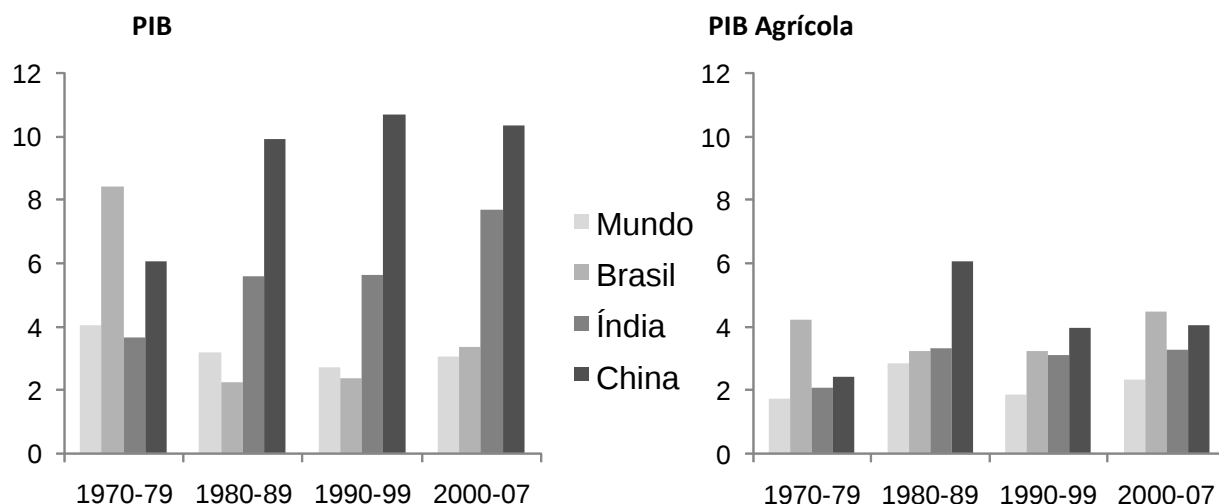
a Índia não está intimamente integrada em nenhum bloco regional em particular ou em cadeias de produção que envolvam vários países, sendo menos voltada para o exterior do que a China.

Até o início dos anos 90, o cerne das políticas do Brasil incidiu na industrialização, através da substituição das importações e de políticas protecionistas. O governo promoveu o pagamento de impostos nas exportações e as políticas de “comida barata” para manter baixos os salários urbanos e industriais e consolidar os mercados nacionais, diminuindo desta forma a dependência externa e aumentando a auto-suficiência (Magalhaes e Diao, 2009). Após a crise econômica e o fim do regime militar nos anos 80, foram implementadas políticas mais orientadas para a exportação, de modo a promover uma economia cada vez mais aberta e uma maior exposição à concorrência externa (Lopes, 2007). Uma menor proteção para os bens industrializados resultou na rápida diminuição das distorções de preços e da discriminação contra a agricultura. Os ganhos subsequentes na eficácia geral transformaram o Brasil em um dos principais exportadores mundiais de produtos agrícolas (Lopes, 2007).

A experiência em termos do crescimento e da redução da pobreza

Apesar dos seus trajetos de desenvolvimento diferirem em muitos aspectos, um dos principais denominadores comuns entre estas três economias emergentes é o seu rápido crescimento e rápida integração na economia mundial. Nos últimos 40 anos, a China tem demonstrado um desempenho econômico impressionante, tanto em termos de crescimento econômico como agrícola, mantendo um crescimento anual na ordem dos dois dígitos, o que foi significativamente maior do que a média mundial (Figura 2). Desde os anos 80 e, especialmente, durante a última década, a Índia tem conhecido também um forte crescimento na sua economia, pois o país começou a implementar uma série de reformas de liberalização. O crescimento agrícola na Índia, no entanto, foi mais lento e rondou a média mundial durante os anos 70 e 80, começando apenas a mostrar um melhor desempenho nos anos 90, quando o governo começou a liberalizar segmentos da sua economia, o que, embora fora da esfera agrícola, resultou num aumento da procura de alimentos e em melhores condições de comércio para a agricultura (Fan, Gulati, e Dalafi, 2008). Por outro lado, o crescimento econômico e agrícola robusto no Brasil durante os anos 70 foi invertido com o começo da crise da dívida no início dos anos 80, um período marcado pela estagnação econômica e pela hiperinflação, levando muitos a referirem-se aos anos 80 como a “década perdida” do Brasil. Na verdade, a experiência do desenvolvimento no Brasil tem sido, por vezes, referida como o “mito de Sísifo”, no sentido em que o sucesso do seu desenvolvimento tem sido frequentemente previsto mas nunca completamente alcançado, com frequentes padrões de crescimento favorável e desfavorável (Rouquie, 2008). As tendências de crescimento mais recentes mostram-se ligeiramente mais promissoras, especialmente no setor agrícola, o qual registou uma taxa média de crescimento anual de 4.7% entre 2000 e 2007.

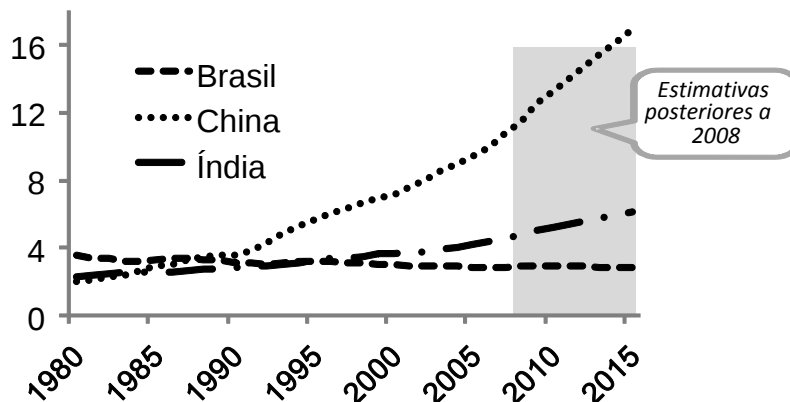
Figura 2. PIB médio anual e crescimento do PIB agrícola, em percentagem



Fonte: Banco Mundial (2009)

O forte crescimento econômico traduziu-se numa posição mais dominante na economia mundial em relação aos principais países desenvolvidos (Figura 3). Na realidade, os três países emergentes estão entre as 10 maiores economias do mundo desde os anos 80 e a sua quota no PIB global deverá aumentar nos próximos anos, com a China cada vez mais perto da posição dominante mantida pelos Estados Unidos. Embora a quota do Brasil no PIB global tenha rondado a média global nas diversas últimas décadas, a sua posição como uma das maiores economias do Mundo também se manteve relativamente constante.

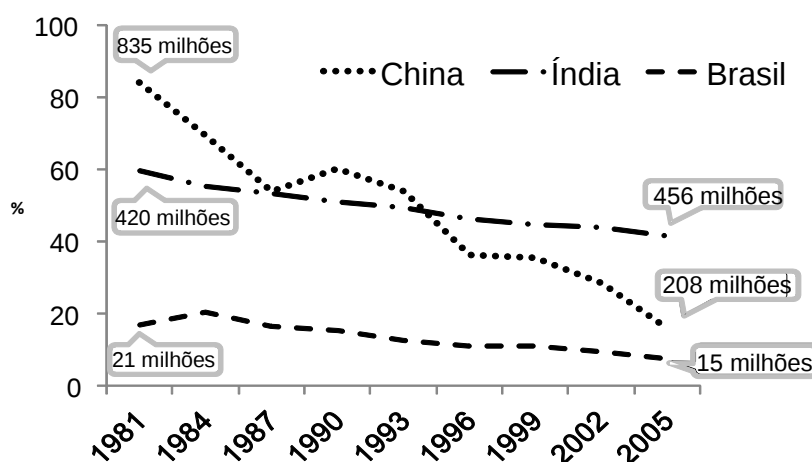
Figura 3. Quota do PIB mundial, em percentagem



Fonte: Fundo Monetário Internacional, FMI (2010)

A China tem efetuado os progressos mais notáveis em termos de redução da pobreza, entre os três países emergentes que são analisados neste trabalho. A proporção de pessoas que vivem com menos de 1.25\$ por dia na China diminuiu de forma impressionante, de 84 por cento da população, em 1981, para 16 por cento, em 2005 (Figura 4), o que se traduz numa redução de até quatro vezes no número de pessoas pobres, de 835 milhões para 208 milhões (Chen e Ravallion 2008). Na Índia, apesar de uma redução significativa na proporção de pessoas vivendo na pobreza (de aproximadamente 60 por cento para 42 por cento, entre 1981 e 2005), o número de pessoas pobres aumentou de 420 milhões para 456 milhões, entre 1981 e 2005. A pobreza rural é um dos principais problemas a serem resolvidos tanto na China como na Índia, com as áreas rurais representando uma porção esmagadora dos pobres na China (98 por cento) e na Índia (75 por cento) (Ravallion, Chen e Sangraula 2007). É também preocupante que a rápida diminuição da pobreza na China tenha sido acompanhada por um aumento substancial das desigualdades (Ravallion e Chen, 2007).

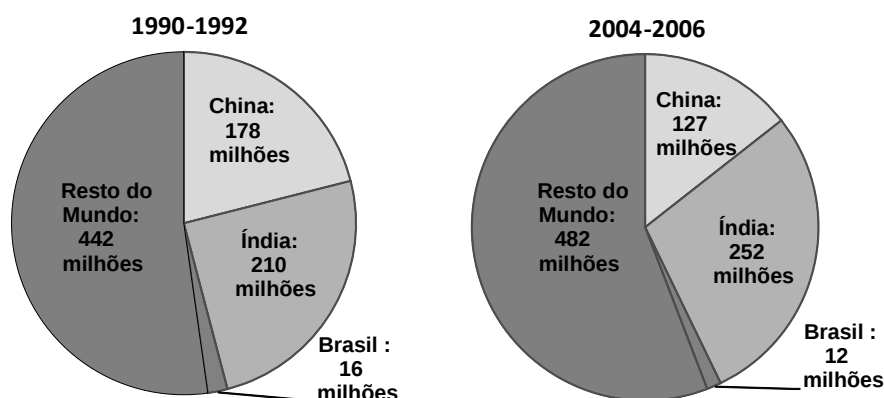
Figura 4. Proporção e número de pessoas a viver abaixo de 1.25\$ por dia



Fonte: Banco Mundial (2010)

Os sinais dados em termos do progresso na redução da fome motivam sérias preocupações. Os três países têm experimentado diminuições bastante modestas na proporção da população que sofre de desnutrição. A proporção de pessoas desnutridas na China caiu de aproximadamente 15 por cento para 10 por cento da população, entre 1990-1992 e 2004-2006, o que se traduz numa redução de 178 milhões para 127 milhões. Mais alarmante, apesar de uma modesta redução na proporção de desnutridos na Índia (de 24 para 22 por cento), o número de famintos aumentou de 210 milhões para 252 milhões durante o mesmo período de tempo. Dado o fracasso da China e da Índia no que diz respeito a progressos significativos na luta contra a fome e o grande (e crescente) tamanho das suas populações, a Índia e a China abrigam praticamente a maioria dos famintos do Mundo (Figura 5).

Figura 5. Distribuição global de pessoas desnutridas



Fonte: FAO (2009b)

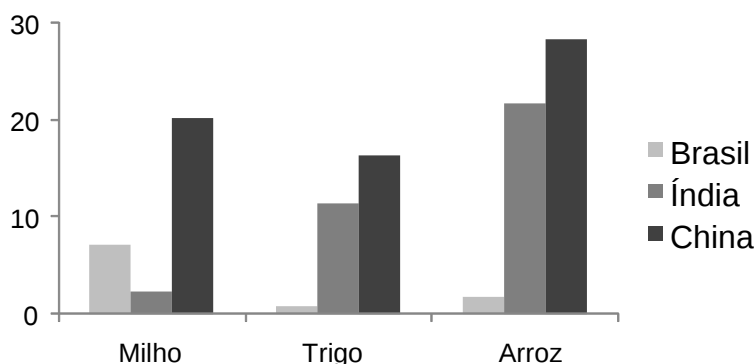
3. O papel das economias emergentes na segurança alimentar mundial

Os altos níveis de fome nos países emergentes, juntamente com o seu status cada vez mais global, requerem que os esforços globais para combater a insegurança alimentar sejam concentrados em dois aspectos. Em primeiro lugar, dada a grande proporção de desnutridos do Mundo vivendo na China e na Índia, as políticas de combate à fome e aumento da segurança alimentar mundial são particularmente pertinentes nestes dois países emergentes. Em segundo lugar, estudos de caso em países mostram que os países emergentes afetam cada vez mais as perspectivas de crescimento e desenvolvimento dos países em desenvolvimento, através de ligações diretas, como assistência, comércio, e investimentos diretos estrangeiros (IDE), e através de ligações indiretas, como os preços das mercadorias e a concorrência em mercados terceiros.

Produção agrícola e crescimento da produtividade na Índia e na China.

A China e a Índia abrigam a maior parte dos pobres e famintos mas também desempenham um papel dominante na produção global de alimentos básicos como o trigo, o milho e o arroz (Figura 6). Mais especificamente, a China e a Índia são os maiores produtores de trigo e de arroz em todo o mundo e, juntamente com o Brasil, estão entre os seis maiores produtores de trigo.

Figura 6. Quota na Produção Mundial de Culturas, em percentagem



Fonte: FAO (2010)

A grande contribuição da China e da Índia para a produção mundial de alimentos básicos, em conjunto com a grande percentagem que lhes cabe das pessoas cronicamente famintas no mundo em desenvolvimento, requer que estes países emergentes tenham um papel ativo na promoção de melhorias na produção e produtividade agrícolas. Vários estudos publicados constataram que a produtividade agrícola é uma das principais fontes de redução da pobreza (e comprovadamente a maior fonte em níveis baixos de desenvolvimento), beneficiando os agricultores pobres e os trabalhadores sem terra própria, aumentando a produção e o emprego, e, ao mesmo tempo, beneficiando os pobres dos meios rurais e urbanos através do crescimento da economia não-agrícola rural e urbana, da redução nos preços dos alimentos e do acesso a culturas ricas em nutrientes (para um resumo ver Bezemer e Headey, 2008, e Diao et al., 2005).

Padrões recentes de produção global apontam para uma desaceleração do crescimento do rendimento do arroz e do trigo, dando origem a apelos para um maior investimento, de modo a inverter esta tendência e a rejuvenescer as taxas de crescimento do rendimento dos cereais (FAO, 2009a). A necessidade de uma maior produtividade é especialmente relevante na Índia, onde depois de um salto sem precedentes na produtividade agrícola durante a Revolução Verde — através da adoção em grande escala de variedades de culturas altamente rentáveis e da utilização intensiva de fertilizantes químicos, pesticidas e irrigação — se seguiu, mais recentemente, um crescimento mais lento e crescentes preocupações acerca da “estagnação do rendimento” (Byerlee et al., 2005). Além disso, uma parte substancial destes investimentos durante a Revolução Verde foi direcionada para regiões específicas, sendo que muitas áreas menos favorecidas acabaram por ser esquecidas em termos de desenvolvimento agrícola. No entanto, Fan, Hazell e Haque (2000) constataram que muitos tipos de investimentos em áreas de sequeiro de baixo potencial apresentam alguns dos resultados mais altos em termos de produção e de redução da pobreza. A diminuição de rendimentos dos investimentos nas regiões mais desenvolvidas pode ser atribuída à estagnação dos rendimentos agrícolas e aos problemas ambientais criados por políticas de subsídios governamentais adversas. Estes resultados sustentam fortemente a tese de que, de forma a promover o crescimento econômico e aliviar a pobreza, os governos precisam de formular estratégias de investimento que vão de encontro ao equilíbrio entre áreas de alto e baixo potencial.

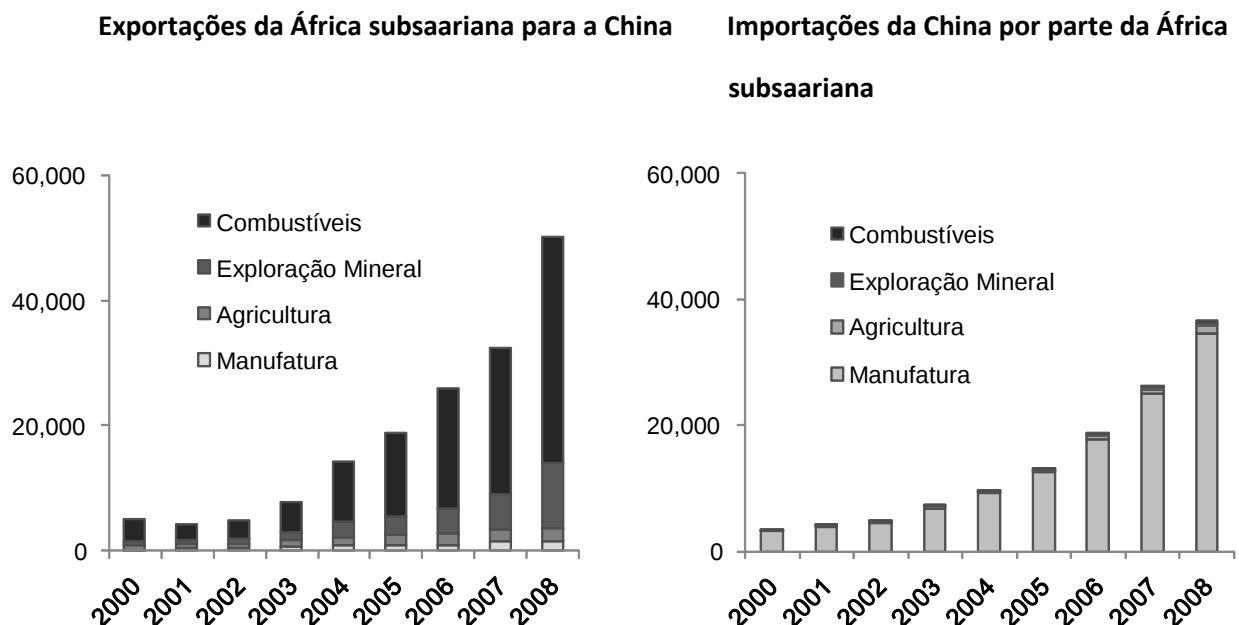
De modo a aumentar a produção agrícola e a produtividade nos países emergentes, são fundamentais políticas estáveis e efetivas, mecanismos reguladores e eficazes e uma infra-estrutura de mercado

funcional que promova o investimento no setor agrícola. Uma das principais diferenças entre as estratégias de crescimento da Índia e da China foi a prioridade que a China deu à agricultura, diretamente, através da introdução de instituições e políticas que melhoraram a produtividade agrícola e, indiretamente, através da transformação do sector da manufatura, que foi alimentado pelas políticas agressivas da China para diminuir as suas barreiras comerciais e para atrair investimento direto estrangeiro. A Índia, por outro lado, implementou políticas, até ao início dos anos 90, que, muitas vezes, distorciam os incentivos agrícolas, resultando na alocação ineficiente de *inputs* e na baixa produtividade do sector agrícola (Nin Pratt et al., 2009). Os gastos agrícolas e rurais têm contribuído substancialmente para a produtividade agrícola, o rendimento familiar rural, o consumo familiar rural e a redução da pobreza rural através de vários canais (Fan et al., 2007). Por exemplo, dados provenientes dos países em desenvolvimento têm mostrado uma forte relação entre o investimento em pesquisas e infra-estruturas agrícolas com o crescimento na produtividade agrícola (Pardey et al., 2000). Uma análise dos países em desenvolvimento indica que, apesar das altas taxas de retorno para os gastos públicos em desenvolvimento agrícola e rural e o papel significativo do setor agrícola na economia global, o sector agrícola não recebe, muitas vezes, a devida atenção em termos de alocações orçamentais (Fan, Yu and Saurkar).

O comércio com outros países em desenvolvimento irá ajudar a segurança alimentar mundial

O aumento dos fluxos comerciais entre países emergentes e países em desenvolvimento é um dos principais canais para o incremento das ligações e da cooperação entre os dois grupos de países, impulsionado tanto pela classe média em ascensão nos países emergentes como pela crescente procura de bens manufaturados em muitos países em desenvolvimento, com taxas de crescimento cada vez maiores (Broadman, 2007). Entre os três países, a China tem comprovadamente liderado o esforço para um aumento dos fluxos comerciais com os países em desenvolvimento. Embora os valores das exportações e importações entre os dois grupos tenha aumentado desde o ano 2000, existem distinções setoriais entre exportações e importações (Figura 7). Uma análise mais atenta aos padrões de comércio entre a China e a África subsaariana (ASS) revela que as exportações da ASS para a China são compostas principalmente de produtos com base em recursos — como petróleo, matérias-primas e minerais não-petrolíferos. Por outro lado, as importações de produtos chineses por parte da África são habitualmente têxteis, vestuário e calçado, assim como maquinaria, equipamentos de transporte e materiais manufaturados (Broadman 2007). O comércio chinês realiza-se, também, principalmente com apenas alguns parceiros comerciais africanos ricos em recursos naturais. Enquanto as importações de produtos africanos por parte da China continuam a ser canalizadas predominantemente através de empresas estatais, as empresas privadas ultrapassaram aquelas nas exportações da China para a África.

Figura 7. Comércio China-África, milhões de USD\$



Fonte: Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD (2009)

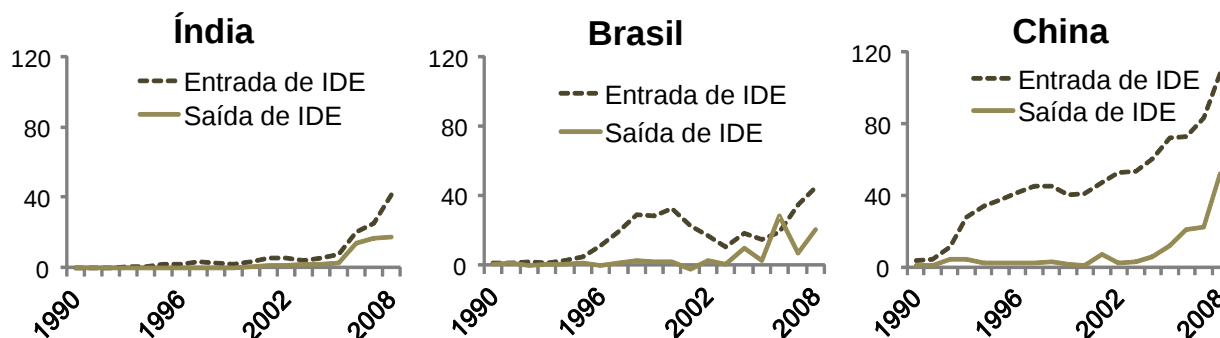
O carácter distinto dos fluxos comerciais entre países emergentes e em desenvolvimento tem sido visto como tendo impactos complementares e concorrenciais em países em desenvolvimento específicos, assim como em determinados grupos parte dos mesmos (Kaplinsky e Morris, 2008). Mais especificamente, enquanto o comércio com os países emergentes oferece oportunidade aos países em desenvolvimento de expandirem os mercados de exportações e de obterem importações mais baratas, também apresenta o risco de deslocamento de produtores nos mercados internos. Existe um consenso geral de que os principais “ganhadores” com o comércio com os países emergentes (especialmente a China) têm sido os produtores e os exportadores que se especializaram em produtos primários, especialmente em matérias-primas e setores como a agricultura, agro-indústria, e *inputs* industriais, enquanto os “perdedores” têm sido países e produtores que estão envolvidos na indústria da manufatura de trabalho intensivo e cadeias de mercadorias, como os têxteis, juntamente com produtos eletrônicos, automóveis e peças de automóvel (Jenkins, Peters, e Moreira, 2008; Nayyar, 2008). O *boom* na exportação de minerais e matérias-primas cria preocupações acerca do potencial para a ocorrência de efeitos do tipo da Doença Holandesa dentro dos países em desenvolvimento, que iriam afetar negativamente outros setores como a agricultura e a manufatura através da diminuição de recursos e da existência de taxas de câmbio sobrevalorizadas. Além disso, alguns estudos têm argumentado que os fluxos comerciais atuais entre países em desenvolvimento e países emergentes perpetuam os antigos padrões de comércio norte-sul, o que reforça a dependência dos países em desenvolvimento em relação às exportações de mercadorias primárias (Nayyar, 2008; McDonald, Robinson, e Thierfelder, 2008). Tais padrões de comércio tradicionais representam um obstáculo à transformação estrutural dos países em desenvolvimento com vista a um aumento das exportações de maior valor agregado ou das atividades de manufatura, dificultando, deste modo, o desenvolvimento a longo prazo de muitos países em desenvolvimento.

Investimento e assistência das economias emergentes aos países em desenvolvimento

Os fluxos financeiros internacionais mostram padrões semelhantes aos dos fluxos comerciais. De forma geral, tanto a entrada como a saída de IDE para e do Brasil, China e Índia aumentou exponencialmente desde 1990 (Figura 8). Contudo, os dados recolhidos também indicam que o Brasil, a China e a Índia recebem mais do dobro do IDE que investem, levando alguns autores a especular que os países emergentes constituem na realidade mais uma fonte de competição pelo IDE com os países em desenvolvimento do que uma fonte de financiamento para estes (Nayyar, 2008). De qualquer forma, o IDE vindo dos três países emergentes constitui uma fatia cada vez maior do IDE que é direcionado para os países em desenvolvimento (Figura 9).

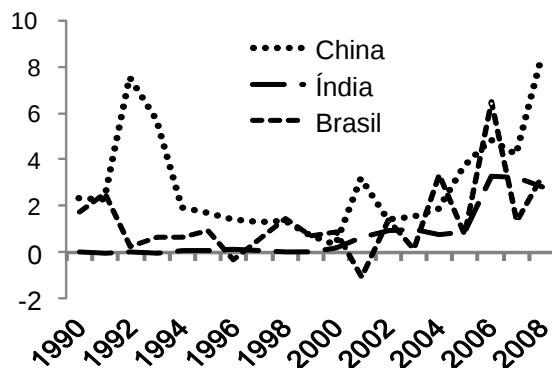
A grande maioria do IDE recebido pela China e pela Índia assume a forma de investimentos em termos de procura de recursos e de mercado, apesar das tendências recentes de IDE apontarem para uma diversificação de investimentos chineses e indianos noutros setores, tais como os do vestuário, da transformação de produtos agrícolas, da geração de energia, dos medicamentos, da construção de estradas, do turismo e das telecomunicações, entre outros. Por exemplo, o IDE indiano tem um grande potencial para gerar transbordamento de conhecimento nos países em desenvolvimento alvo; embora o alcance potencial em termos de transbordamento de conhecimento pareça estar diminuindo à medida que as empresas de investimento indianas optam progressivamente por entidades subsidiárias integrais, ao invés de empreendimentos conjuntos (Pradhan). A China aumentou recentemente a sua quota de investimentos na África, com a maior parte do IDE sendo canalizado através de empresas estatais chinesas, que são encorajadas ativamente pelo governo a investir no estrangeiro. Com base no seu próprio sucesso, a China também está experimentando abordagens inovadoras, tais como investir em zonas especiais de comércio e cooperação econômica. Cinco destas zonas já foram aprovadas para África pelo Ministério do Comércio da China (Braeutigam, Farole, and Li, 2010).

Figura 8. IDE entre os países emergentes e o mundo, em bilhões de USD\$



Fonte: UNCTAD (2009)

Figura 9. Quota do IDE nos países em desenvolvimento vindo dos países emergentes, em percentagem



Fonte: UNCTAD (2009)

A assistência é outro canal financeiro através do qual os países emergentes têm um impacto no crescimento, na redução da pobreza e na segurança alimentar dos países em desenvolvimento. Considerando que os países emergentes financiadores não fazem parte dos canais formais de auxílio, dados sobre as iniciativas de desenvolvimento dos países emergentes nos países em desenvolvimento são reconhecidamente difíceis de compilar, apesar de ser possível deduzir certas tendências e estratégias. Na área da agricultura, o auxílio chinês nas décadas anteriores transferiu-se das fazendas estatais de grande extensão para os pequenos produtores africanos. A China também experimentou novos métodos de junção entre assistência e cooperação econômica como, por exemplo, empreendimentos conjuntos, contratos de cooperação e parcerias público-privadas (Braeutigam and Li 2009). Desde 1960, 44 países na África se beneficiaram de projetos de auxílio chineses para a agricultura e 20 por cento dos projectos chave-na-mão² chineses na África envolveram a agricultura (Braeutigam, 2009). Além disso, a China comprometeu-se a duplicar a assistência ao desenvolvimento da África até 2009 e a constituir um fundo de desenvolvimento de \$5 mil milhões para empresas chinesas que invistam na África (FOCAC 2006).

Aprendendo com as economias emergentes

A ascensão de países emergentes não só aumenta os fluxos financeiros e comerciais, como também oferece lições valiosas numa vasta gama de áreas para outros países em desenvolvimento. Apesar de cada país em desenvolvimento enfrentar desafios únicos e dinâmicos, ainda algumas lições valiosas da experiência de desenvolvimento dos países emergentes ainda podem ser aprendidas. O sucesso em termos de desenvolvimento de países como o Brasil, a China e a Índia proporcionam uma perspectiva alternativa sobre a forma como o desenvolvimento pode ser atingido. Na realidade, é possível argumentar que as lições aprendidas com os países emergentes são frequentemente mais pertinentes do que as vias defendidas pelos países desenvolvidos, visto que a experiência dos países emergentes espelha melhor a paisagem geoeconômica e geopolítica atual que os países em desenvolvimento enfrentam. A (re)emergência do Brasil, da Índia e da China enquanto financiadores, apesar de ainda em uma escala menor do que os financiadores mais constantes, fornece especialmente um mecanismo e

² Projectos construídos por financiadores e prontos a ser utilizados.

plataforma alternativos através dos quais os países em desenvolvimento podem elaborar e implementar as suas estratégias de desenvolvimento.

A ascensão notável da China enquanto agente global desafia especialmente o status quo do desenvolvimento, dado que a estratégia de desenvolvimento que foi empregada pela China divergiu frequentemente das recomendações que foram defendidas pelo Consenso de Washington e pelos seus sucessores. Consequentemente, a China prefigura-se não só como um exemplo de sucesso em termos de desenvolvimento, mas também como uma alternativa ao modelo de auxílio habitual (Braeutigam, 2008). De fato, o programa de desenvolvimento da China para os países em desenvolvimento espelha a sua própria experiência de desenvolvimento – focando-se no financiamento e no investimento para a produção industrial e agrícola, no desenvolvimento de recursos naturais e em infra-estruturas –, dando assim credibilidade ao país enquanto parceiro de desenvolvimento. Como resultado disso, têm sido cada vez mais numerosos os estudos publicados que se focam nas lições que os países em desenvolvimento podem aprender, tanto a partir das reformas da China como da abordagem do país ao processo de reforma. Por exemplo, segundo Dollar (2008), as lições mais importantes que podem ser retiradas do sucesso da China são a importância de um investimento sólido nas questões climáticas, a abertura ao comércio externo e investimento direto estrangeiro, a recuperação de custos como base para a expansão das infra-estruturas e o suporte ao desenvolvimento agrícola e rural. Talvez o mais importante seja o fato das reformas da China terem sido implementadas através de uma abordagem pragmática e evolutiva ao método de tentativa e erro que acarretou estudos piloto, avaliação de resultados e o aumento proporcional de boas idéias (Zafar, 2010; Dollar, 2008). Às comunidades locais não só foi dado o objectivo de crescimento, como também a liberdade de experimentar métodos diferentes para atingir estes objectivos.

Alternativamente, a agenda de desenvolvimento próprio do Brasil, assim como a sua cooperação para o desenvolvimento com países em desenvolvimento, tem-se focado mais na proteção social e no desenvolvimento de recursos humanos. Mais especificamente, o programa Fome Zero é a principal iniciativa de política social do governo para reduzir a fome, a desnutrição e a falta geral de segurança alimentar no país, através de programas de educação, de saúde e de nutrição. Apesar de alguns problemas operacionais e limitações, mostrou-se que os programas inseridos na iniciativa – que incluem um mecanismo condicional de transferência concentrada de recursos (Bolsa Família), o programa de refeições escolares e o programa de apoio à agricultura familiar – tiveram um impacto positivo na segurança alimentar e na redução da pobreza entre as populações alvo (Rocha, 2009; Hall, 2008). Ao formular as suas prioridades de cooperação para o desenvolvimento, o Brasil inspira-se nas suas próprias experiências como país em desenvolvimento e, consequentemente, os “sucessos de exportação” do Brasil têm-se focado na experiência do país com estes programas de segurança social (Schlaeger, 2007).

4. *The Way Forward*: recomendações sobre as diretrizes

Para lidar com as ameaças atuais e futuras à segurança alimentar, e para tirar partido das oportunidades e enfrentar os desafios apresentados pelos países emergentes, uma agenda abrangente tem de ser implementada que incorpore o papel importante dos países emergentes na redução da insegurança alimentar mundial:

Reforçar a segurança alimentar nas economias emergentes

De forma a melhorar a própria segurança alimentar, os países emergentes precisam implementar uma estratégia tripartidária que se foque em abordagens a curto e a longo prazo.

Promover a produtividade dos pequenos produtores

Os países emergentes, como a China e a Índia, precisam implementar reformas que proporcionem aos pequenos produtores as oportunidades e os incentivos que aumentem a sua capacidade produtiva. Pesquisas realizadas na África e na Ásia mostraram que os investimentos na pesquisa agrícola e extensão rural têm um grande impacto na produtividade agrícola e na pobreza. As crescentes pressões demográficas e ambientais aceleram a procura de novas tecnologias no setor agrícola, que possam ser disseminadas rapidamente para obter ganhos adicionais em produtividade, permitindo assim que os agricultores façam um uso mais eficiente dos recursos naturais e que haja uma continuação da estabilidade dos preços baixos para a comida (Rosegrant and Hazell, 2000). As inovações, que incluem novas tecnologias ao longo de toda a cadeia de valor alimentar, também deverão ser promovidas dado que também são cruciais para a melhoria da produtividade e do sustento dos pequenos agricultores, e para a redução da pobreza e da fome (Asenso-Okyere, 2008). Além disso, poderão ser fornecidos incentivos a uma produção mais eficiente assegurando-se direitos fundiários, fortalecendo-se os mercados a montante e a jusante e fortalecendo-se os serviços financeiros e de extensão rural. O crescimento agrícola precisa ser complementado com políticas que apoiem o acesso mais equitativo de todos os agricultores ao crédito e às inovações tecnológicas. Permitirá desta forma que um segmento mais abrangente da população tire partido dos benefícios potenciais resultantes do crescimento agrícola.

Ligar os pequenos produtores ao mercado

O acesso a mercados funcionais, tanto para alimentos básicos como para outros produtos, é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento agrícola e para o aumento da produtividade. A participação de pequenos produtores em vários países em desenvolvimento é muitas vezes restringida pela falta de acesso a informação de mercado, categorias e normas inadequadas e deficientemente executadas, organizações de agricultores inadequadas em termos de marketing de massa e problemas de transporte e de infra-estruturas. Por isso, ligar os agricultores aos mercados através de estradas rurais, de tecnologias da informação e de comunicação e da coordenação vertical ao longo da cadeia de fornecimento alimentar (como por exemplo regimes de agricultura sob contrato e cooperativas de marketing para produtores) é algo essencial para reduzir os riscos e os custos de marketing dos pequenos produtores. Isto permite que os agricultores pobres participem e partilhem os benefícios dos mercados de produtos básicos em crescimento.

Proteção social, especialmente dirigida a mulheres e a crianças

As redes produtivas de segurança social devem ser aumentadas proporcionalmente para compensar o impacto das perturbações, assegurar meios de subsistência e proteger as pessoas pobres de riscos e vulnerabilidades. As redes de segurança social têm funções protetoras, preventivas, promocionais e transformadoras com objetivos diferentes. Tais objetivos incluem assegurar e suavizar o consumo básico, possibilitar poupanças e investimentos, construir e diversificar bens e evitar o desgaste do patrimônio (Adato and Hoddinott, 2008). Os tipos de intervenção através dos quais estes objetivos podem ser conseguidos incluem mecanismos condicionais de transferência de recursos e/ou comida, programas de nutrição e de saúde maternos e infantis, obras públicas e planos de seguros. A escolha dos programas depende das necessidades, capacidades e recursos do país no qual são implementados. Por exemplo, diminuir os riscos enfrentados pelos pequenos agricultores pobres através de planos de

seguro inovadores é essencial para permitir que lidem melhor com as perturbações meteorológicas e que melhorem o seu rendimento e bem-estar.

Promover o comércio e investimentos favoráveis aos pobres entre economias emergentes e outros países em desenvolvimento

Os padrões de comércio e de investimento entre países emergentes e países em desenvolvimento devem promover acordos que aumentem os benefícios a longo prazo do comércio e do investimento, minimizando ao mesmo tempo qualquer dano potencial, principalmente a grupos vulneráveis. Estes acordos deverão assegurar a concorrência leal no comércio e entre empresas de investimento, ligações mais fortes entre os investimentos e os mercados domésticos, um maior envolvimento da mão-de-obra local e a adoção de padrões ambientais elevados. Os governos nacionais deverão eliminar restrições comerciais perniciosas e abster-se de novas restrições, de forma a reduzir a volatilidade do preço dos alimentos e a aumentar a eficácia dos mercados agrícolas. Apesar de, por exemplo, as tarifas altas nos países emergentes restringirem e condicionarem claramente as oportunidades de exportação para os países em desenvolvimento, as distorções, os mercados pouco eficientes e a falta de capacidade de produção competitiva, dentro de muitos países em desenvolvimento, aparentam ser igualmente decisivos na limitação da capacidade de penetração de exportação em mercados emergentes. Além disso, os países emergentes oferecem um mercado em crescimento rápido para países que exportam produtos básicos, mas também são os líderes em exportação de muitos produtos das indústrias de manufatura de mão-de-obra intensiva e importadores de produtos primários baseados em recursos naturais. Tudo isto acelera potencialmente a “corrida para o fundo”, resultando na chamada Doença Holandesa nos países em desenvolvimento. Verifica-se aqui uma necessidade, principalmente na área da agricultura, dos países melhorarem a sua capacidade de diferenciar e diversificar os seus produtos de exportação, principalmente aumentando o grau de processamento de algumas exportações atuais e lidando com os efeitos potenciais da Doença Holandesa associados a um *boom* de exportação (Jenkins, Peters, and Moreira, 2008). O envolvimento dos países emergentes também deverá ajudar a promover o necessário crescimento dos pequenos agricultores, continuando a investir nas infra-estruturas rurais, dando maior prioridade à construção de sistemas de pesquisa agrícola e extensão rural e fortalecendo a capacidade dos governos dos países em desenvolvimento elaborarem as suas próprias políticas. O IDE deve focar-se em áreas com maior produtividade e impacto em termos de redução da pobreza e da fome. Dados o tamanho e a importância do setor agrícola para a redução da pobreza e da fome em muitos países em desenvolvimento, o desenvolvimento agrícola e rural deverá receber atenção especial. Também é preciso considerar os efeitos distributivos de um aumento no fluxo comercial e de investimento, especialmente para assegurar que alguns dos benefícios cheguem aos pobres, diretamente, através de rendimentos superiores, ou indiretamente, através de maiores gastos favoráveis aos pobres, derivados de receitas governamentais mais altas.

Aprendizagem mútua da experiência de desenvolvimento

Os países emergentes exibiram uma variedade de vias de desenvolvimento bem sucedidas (e outras nem tanto) que têm o potencial de fornecer uma abundância de lições passíveis de serem aplicadas aos países em desenvolvimento com condições iniciais semelhantes. Considerando que cada vez mais países desenvolvem, ou estão no processo de desenvolver, estratégias nacionais e de desenvolvimento agrícola (tendo em conta que quase todas estas estratégias são documentos vivos a serem melhorados e actualizados no futuro), são grandes as necessidades de pesquisa com base empírica sobre estratégias de desenvolvimento e sua procura está aumentando. Em muitos aspectos, os países emergentes

enfrentaram, e enfrentam regularmente, as mesmas dotações de fatores, limites de recursos e paisagens geopolítica e geoeconômica de muitos países em desenvolvimento. Contudo, as lições de desenvolvimento dos países emergentes não podem, nem devem, ser aplicadas através do espectro dos países em desenvolvimento e deverão ter em conta as diferenças entre países para serem adaptadas em conformidade. As políticas e as estratégias utilizadas pelos países emergentes são uma fonte relevante de *know-how* e de perícia, que pode ser adaptada e modificada com base no nível de desenvolvimento e noutras condições específicas desse país. Por exemplo, a China demonstrou a importância de uma abordagem pragmática e evolutiva ao método de tentativa e erro em relação ao desenvolvimento agrícola geral, envolvendo mudanças estruturais tanto no setor agrícola como no de manufatura, assim como uma concentração em fazendas de pequena e média dimensão. De forma semelhante, estruturas concentradas e inovadoras de programas, como por exemplo o mecanismo condicional de recursos no Brasil, destacam a forma como pode ser conseguida uma orientação mais eficiente para os pobres através de sistemas mais fidedignos de coleta de dados e avaliações mais rigorosas. Além disso, os programas de assistência aos pobres deverão ter como alvo as pessoas vulneráveis, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, e não deverão focar-se exclusivamente em regiões pobres designadas. A experiência de muitos países em desenvolvimento indica que as reformas econômicas, por si só, não são capazes de chegar às populações mais pobres e vulneráveis. As iniciativas de políticas de assistência aos pobres no Brasil ilustram o âmbito apropriado e a orientação dos alvos dos programas é essencial. Na África e noutras regiões em desenvolvimento, as redes de segurança produtiva devem ser aumentadas proporcionalmente e melhor orientadas para os alvos. Usando a experiência do Brasil, poderão ser exploradas novas abordagens de orientação para os alvos e projetos de desenvolvimento multissetoriais. A junção entre proteção social, construção de infra-estruturas e assistência à empregabilidade nos países em desenvolvimento poderá ser especialmente benéfica.

Melhorar a coordenação entre as economias emergentes e outros financiadores

De forma a maximizar os benefícios dos fluxos de assistência, é necessária uma maior transparência e coordenação na distribuição do auxílio entre os países emergentes e outros financiadores. Os financiadores mais “constantes” podem otimizar o envolvimento dos países emergentes, através da partilha de experiências sobre o que funcionou e o que não funcionou nos seus próprios sistemas de auxílio. É necessário estabelecer e fortalecer plataformas de diálogo construtivo entre todos os financiadores, de forma a partilharem diferentes perspectivas acerca das práticas de financiamento a nível multilateral, regional e setorial. Os novos agentes não só devem ser encorajados a juntarem-se aos esforços de harmonização dentro de todos os sistemas de assistência existentes, como os países emergentes devem também desempenhar um papel central na definição de normas e estruturas comuns no sistema de assistência, em vez de se limitarem a atrair financiadores emergentes para um paradigma de auxílio “nórdico”. Acordos, tais como a cooperação triangular, que envolvem uma parceria entre financiadores emergentes e “tradicionais” a fim de implementar programas/projetos de cooperação para o desenvolvimento em países beneficiários, oferecem a oportunidade de aproveitar a perícia e as experiências de outros países em desenvolvimento, tirando partido ao mesmo tempo do suporte financeiro dos financiadores tradicionais.

Referências bibliográficas

- Adato, M. e J. Hoddinott. 2008. Social protection opportunities for Africa. IFPRI Policy Brief 5. Washington, DC: IFPRI.
- Asenso-Okyere, K., K. Davis, e D. Aredo. 2008. Advancing agriculture in developing countries through knowledge innovations. Synopsis of an international conference. Washington, DC: IFPRI.
- Bei, Z.G., Dent D.L., Olsson L. e Schaepman M.E. 2008. Global assessment of land degradation and improvement. 1. Identification by remote sensing. Report 2008/01(GLADA Report 5), ISRIC – World Soil Information, Wageningen.
- Bezemer, D. e D. Headey. 2008). Agriculture, development and urban bias. *World Development* 36(8): 1342-1364.
- Brautigam, D. 2009. The dragon's gift: The real story of China in Africa. Oxford University Press.
- Brautigam, D. e T. Xiaoyang. 2009. China's engagement in African agriculture: "Down to the countryside." *The China Quarterly*.
- Brautigam, D. 2008. China's African aid: Transatlantic challenges. Report To the German Marshall Fund of the United States. Washington, DC: Fundo German Marshall dos Estados Unidos.
- Broadman, H. G. 2007. Africa's Silk Road: China and India's new economic frontier. Washington, DC: Banco Mundial.
- Byerlee D., X. Diao, and C. Jackson. 2005. Agriculture, rural development, and pro-poor growth country experiences in the post-reform era. Agriculture and Rural Development Discussion Paper 21. Washington, DC: Banco Mundial.
- Chen, S. and M. Ravallion, 2008. The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty. Policy Research Paper 4703. Washington, DC: Banco Mundial.
- Diao, X., P. Hazell, et al. 2005. The role of agriculture in development: Implications for Sub-Saharan Africa. Washington, DC: IFPRI.
- Dollar, D. 2008. Lessons from China for Africa. Policy Research Working Paper 4531. Washington, DC: Banco Mundial.
- Fan, S., A. Gulati, e S. Dalafi. 2008. Overview of reforms and development. In *The dragon and the elephant: A comparative study of agricultural and rural reforms in China and India*, A. Gulati e S. Fan (eds.). Nova Delhi: Oxford University Press.
- Fan, S., B. Yu e A. Saurkar. 2008. "Public spending in developing countries: trends, determination and impact", in Fan ed. *Public Expenditures, Growth, and Poverty: Lessons from Developing Countries*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Fan, S., J. Brzeska e G. Shields. 2007. Investment priorities for economic growth and poverty reduction. 2020 Vision Brief. Washington, DC: Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar (IFPRI).
- Fan, S., P.L. Huong, e T.Q. Long. 2004. Government spending and poverty reduction in Vietnam. Washington, DC: IFPRI.

- Fan, S., L. Zhang, e X. Zhang (2002). Growth, inequality, and poverty in rural China: The role of public investments. IFPRI Research Report 125. Washington, DC: IFPRI.
- Fan, S., P. Hazell, e T. Haque. 2000. Targeting public investments by agroecological zone to achieve growth and poverty alleviation goals in rural India. *Food Policy* 25(4).
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). 2009a. State of food insecurity in the world 2009. Rome: FAO.
- FAO. 2009b. Food Security Statistics. Rome: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/ess/food-security-statistics/en/> [Acessado o 10 April 2010].
- FAO. 2009c. FAOSTAT. Rome: FAO. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/291/default.aspx> [Acessado o 17 April 2010].
- Hall, A. 2008. Brazil's Bolsa Familia: A double-edged sword. *Development and Change*. 39(5): 799-822.
- Hazell, P. e M. Rosegrant. 2000. Study of Rural Asia: Volume 1 - Transforming the Rural Asian Economy: The Unfinished Revolution. Hong Kong: Oxford University Press.
- Hadey, D., S. Malaiyandi, e S. Fan 2009. Navigating the perfect storm: Reflections on the food, energy, and financial crises. IFPRI Discussion Paper 00889. Washington, DC: IFPRI.
- IMF (Fundo Monetário Internacional). 2010. World economic outlook database. Washington, DC: IMF. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/weodata/index.aspx> [Acessado o 22 April 2010].
- Jenkins, R., E. Peters, e M. Moreira. 2008. The impact of China on Latin America and the Caribbean. *World Development* Vol. 36(2): 235–253.
- Kaplinsky, R. e M. Morris. 2008. Do the Asian drivers undermine export-oriented industrialization in SSA? *World Development* 36(2): 254–273.
- Kose, M., C. Otrok, and E. Prasad. 2008. Global business cycles: convergence or decoupling? IMF Working Paper 08/143. Washington, DC: IMF.
- Lopes, M., I. Lopes, M. de Oliveira, F. Barcelos, E. Jara e P. Bogado. 2007. Distortions to agricultural incentives in Brazil. Agricultural Distortions Working Paper. Washington, DC: Banco Mundial.
- Magalhaes, E. e X. Diao. 2009. "Productivity convergence in Brazil: the case of grain production. IFPRI discussion papers 857. Washington, DC: IFPRI.
- McDonald, S., S. Robinson, e K. Thierfelder. 2009. Asian growth and trade poles: India, China, and East and Southeast Asia. *World Development* 36(2): 210–234.
- Nayyar, D. 2008. China, India, Brazil and South Africa in the World Economy: Engines of Growth? Discussion Paper No. 2008/05. UNU-WIDER.
- Nelson, G. C., M. W. Rosegrant, J. Koo, R. Robertson, T. Sulser, T. Zhu, C. Ringler, S. Msangi, A. Palazzo, M. Batka, M. Magalhaes, R. Valmonte-Santos, M. Ewing, and D. Lee. 2009. Climate change: Impact on agriculture and costs of adaptation. Washington, DC: IFPRI.
- Nin-Pratt, A., B. Yu, e S. Fan. 2009. Comparisons of agricultural productivity growth in China and India. *Journal of Productivity Analysis*, publicado online 30 Outubro 2009.
- OCDE. 2008. OCDE Environmental Outlook to 2030. Paris: OCDE.

- Pardey, R., J.M. Alston, C. Chan-Kang, M.C. Marra, e T.J. Wyatt. 2000. Meta analysis of rates of return to agricultural R&D: Ex pede herculem? IFPRI Research Report 113. Washington, DC: IFPRI.
- Ravallion, M. e S. Chen. 2007. China's (uneven) progress against poverty. *Journal of Development Economics* 82(1): 1-42.
- Ravallion, M., S. Chen e P. Sangraula. 2007. New evidence on the urbanization of global poverty. Policy Research Working Paper No. 4199. Washington, DC: Banco Mundial.
- Rocha, C. 2009. Developments in national policies for food and nutrition security in Brazil. *Development Policy Review* 27 (1): 51-66.
- Rosegrant, M. W. 2008. Biofuels and grain prices: impacts and policy responses. Testemunho para o comitê de senado dos EUA em segurança de pátria e negócios governamentais. Washington, DC
- Schlaeger, C. 2007. New powers for global change? Challenges for international development cooperation: the case of Brasil. FES Briefing Paper 3. Berlin: Friedrich Ebert Stiftung.
- Spielman, D. e R. Pandya-Lorch. 2009. Millions fed: proven successes in agricultural development. Washington, DC: IFPRI.
- te Velde, D. et al. 2010. The global financial crisis and developing countries: phase 2 synthesis. Working Paper 316. Londres: Instituto de desenvolvimento ultramarino.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento). 2009. UNCTAD manual de estatísticas 2009. Genebra: UNCTAD.
- Vargas Hill, R. and Torero, M. (eds.). 2010. Innovations in insuring the poor. 2020 Focus Brief 17. Washington, DC: IFPRI.
- von Braun, J. and R. K. Pachauri. 2006. The promises and challenges of biofuels for the poor in developing countries. Washington, DC: IFPRI;
- von Braun, J. 2007. The world food situation – new driving forces and required actions. Food Policy Report. Washington, DC: IFPRI
- von Grebmer, K., B. Nestorova, A. Quisumbing, R. Fertziger, H. Fritschel, R. Pandya-Lorch, e Y. Yohannes. 2009. Global Hunger Index. The challenge of hunger: Focus on financial crisis and gender equality. Bonn, Washington, DC, e Dublin: Deutsche Welthungerhilfe, IFPRI, and Concern.
- Banco Mundial. 2010. PovcalNet Database. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/jsp/index.jsp> [Acessado o 15 April 2010].
- Banco Mundial. 2009. World development indicators 2009 database. Washington, DC.
- Zafar, A. 2010. Learning from the Chinese miracle: Development lessons for Sub-Saharan Africa. Policy Research Working Paper 5216. Washington, DC: Banco Mundial